Cahora-Bassa

Da diplomacia à realidade

Artigo 8.º, parágrafo 2 do acordo de Cahora Bassa: «Se as medidas tomadas para proteger as linhas de transporte não resultarem em protecção adequada das mesmas no prazo de noventa dias a partir da assinatura deste acordo, qualquer dos signatários poderá convocar uma nova reunião para rever a situação e tal reunião deverá ter lugar o mais rapidamente possível:...» Cidade do Cabo, 2 de Maio de 1984.

Não é necessária uma grande dose de futurologia política para prever que é inevitável que Portugal, Moçambique e a África do Sul se reúnam em Agosto próximo para rever a situação de segurança na linha de transporte de energia de Cahora Bassa para a África do Sul. Isto porque é altamente improvável que as medidas adoptadas nesta fase ponham fim à sabotagem do que é o mais vulnerável e rendoso alvo que e Resistência Nacional de Moçambique tem em território moçambicano.

São praticamente 1000 quilómetros de conspicuos postes de alta tensão, colocados em zonas de dificil acesso e na maior parte dos casos em áreas altamente desestabilizadas pela actividade rebelde. Não é possível de todo estabelecer um «cordon sanitaire» de 1000 quilómetros entre Cahora Bassa e a fronteira da África do Sul, do mesmo modo que é estrategicamente impossível aos quatro mil homens que o Governo de Moçambique destacou para a protecção da linha e dos trabalhos de reparação dos postes sabotados, garantir a segurança de tão vasto objectivo.

Uma questão de «moralidade»

A África do Sul não quis contribuir com homens das suas formidavelmente bem equipadas e preparadas forças armadas para a defesa das linhas de Cahora Bassa. Nas negociações as razões invocadas por Pretória para esta recusa assentaram em aspectos de «moralidade» em não querer entrar em confronto armado directo com homens que afinal tinha sido a própria Africa do Sul a equipar e preperar para desestabilizarem a situação interna em Moçambique.

Assim, nesta fase do Acordo de Cahora Bassa, a África do Sul compromete-se apenas a garantir apoio logistico e a cooperar com o Estado moçambicano na preparação e manutenção da força local que vai proteger as linhas catransporte.

A verdade è que, por impopular que seja o Governo de

Pretória en África, sectores há nos meios políticos do Continente que começam a acreditar seriamente na possibilidade de processos negociais directos com a nação Boer. É uma espécie de capital de confiança, ainda bastante magro, que a África do Sul tem vindo a acumular penosamente e que agora com o acordo de Nkomati aumentou substancialmente. A dar-se uma viragem tão brusca na atitude de Pretória que envolvesse uma verdadeira traição aberta aos homens da Resistência Nacional de Moçambique, a imagem que surgiria era a de uma África do Sul friamente calculista, capaz de se voltar contra o seu próprio aliado se a conveniência assim o ditasse. Isso não conviria à imagem que Pretória quer ver projectada de si própria, particularmente nesta altura em que ainda precisa de mais uns dois ou três Acordos tipo Nkomati para garantir a segurança nas suas vastas linhas de fronteira.

Como tal, não seria lógico que a África do Sul alinhasse nesta fase ao lado das forças moçambicanas em operações de limpeza contra afinal a sua própria Resistência Nacional de Moçambique. Seria demasiado caro em termos de imagem e a longo prazo poderia até provar ser mais prejudicial para Pretória do que acelerar a solução dos problemas dos fornecimentos de energia de Cahora Bassa.

Há que notar que desde 1981, altura em que Pretória começa a manifestar simpatias pela corrente rebelde moçambicana, que a linha de Cahora Bassa é sistemaţicamente sabotada. Portanto, para a África do Sul, a interrupção dos fornecimentos que lhe garantem 8% do seu consumo de electricidade não é mais do que um risco calculado e, até agora, perfeitamente suportável pelo extraordinário arcaboiço financeiro que o país tem. Não há razão visivel para supor que mais três meses (os noventa dias do acordo) desta situação viessem a alterar o que quer que fosse em termos económicos. Assim, nestes primeiros três meses do Acordo, não haverá tropas sul-africanas em Moçambique a combater a Resistência.

Inf. Restrite Mt. Mepute CEDINO/AIN X Ano Nel21 1984-07-03 p. 5-7

Noventa dias depois

Historicamente o tempo tem provado ser o grande aliado das viragens políticas, esbatendo pormenores e tornando o impensável na realidade. E vai ser o tempo que vai
ajudar a África do Sul a ultrapassar estas aparentes «inibições» no auxilio directo a Moçambique, particularmente se após os tais noventa dias prescritos pelo contrato surgir um pedido expresso, devidamente documentado e publicitado na Imprensa internacional, de Moçambique à
África do Sul.

De resto, este compasso de espera, antes do que aparentemente é inevitável, pode até trazer beneficios estratégicos para a África do Sul.

Em Agosto (fim dos noventa dias) a Resistência Nacional de Moçambique estará sem cordão umbilical há sete meses (Nkometi foi em Março) e o controlo dos rebeldes

será muito mais fácil do que agora.

De facto, ao recusar a participação directa agora, a África do Sul ganha não só umas bem precisas doses de capital político ao apresentar-se como um parceiro digno de confiança e observador de cometimentos morais, como também em termos tácticos deixa que o amigo de ontem e o inimigo de amanhã esgote em acções sem nexo as agora limitadas reservas de armamento de que dispõe. E, pode ser até que, com o tal «tempo», as forças sul-africanas que entrem em Moçambique a pedido do Governo de Maputo fiquem na história como os bons vizinhos que auxiliaram a República Popular a conter uma onda de insurreição desenfreada.

Uma hipótese de solução

Haveria uma maneira de ultrapassar esta situação. Era Portugal contribuir com homens para uma força especial mista (luso/moçambicana) para a protecção da linha de Cahora Bassa e do projecto hidroeléctrico em si. Seria para Portugal um investimento inteligente, até porque, em repetidas ocasiões, governantes portugueses têm dito que

Cahora Bassa é algo que para Portugal só poderá manifestar lucros no futuro, quando as exportações de energia puderem ser alargadas a outros clientes que não só a África do Sul e quando a bacia do Zambeze estiver em situação de poder ser desenvolvida. É nesse desenvolvimento que Portugal poderá participar.

Não háveria de facto melhor garantia de participação do que empenhar desde já uma presença física na sobrevi-

vência do projecto.

Com um Exercito certamente demasiado grande para as necessidades actuais de Portugal, uma participação num esforço militar em África dada num espírito de auxílio e um país amigo, para simultaneamente proteger interesses nacionais no estrangeiro, seria ampla justificação para a existência desse Exército e seria também uma elegante combinação de sentido de oportunidade e de solidariedade

Por recentes e desagradáveis que sejam as recordações das recentes guerras coloniais, que levaram imensos contingentes de portugueses a África, há que ter em mente que nesta época o envio de tropas europeias para o Continente nada tem de novo. A história pós-colonial francesa está pejada de exemplos de participação militar na África Central e Ocidental, onde, sem ser por coincidência, Paris tem também os seus mercados mais firmes e os seus campos de investimento mais sólidos. Embora em menor escala, a Inglaterra mantém também uma estreita cooperação

militar com as suas ex-colónias. De facto, das expotências coloniais, só Portugal ainda não deu esse inevitável passo.

Por outro lado, uma cooperação militar do tipo que Moçambique necessita para proteger Cahora Bassa nada teria de semelhante aos esforços das guerras coloniais. Não se trata agora de enviar numerosos recrutas mal preparados para o desconhecido com missões mais ou menos obscuras. A protecção da linha de transporte é trabalho para profissionais bem preparados e com conhecimento da área onde vão actuar. Há no Exército português este tipo de homens.

Talvez uma oportunidade única

Cahora Bassa oferece a Portugal uma oportunidade única de envolvimento construtivo numa situação em que está em causa o desenvolvimento e até mesmo a soberania de um país que começa a ser realmente amigo e com quem se tem um entendimento perfeito.

Evitar ao Governo de Moçambique o embaraço de ter tropas como as da África do Sul no seu território é quase um dever. Mas, por outro lado, há também riscos muito reais em termos económicos para Portugal, se não for sensível ao que é já praticamente um pedido expresso de

Moçambique.

A intimidade geográfica entre Moçambique e a África do Sul é total. Nunca nenhum parceiro europeu poderá oferecer a Mejambique mercadorias ou serviços em melhores condições financeiras do que Pretória. A desinibirse completamente o relacionamento entre os dois países, e ele desinibir-se-á sem qualquer dúvida com a cooperação militar intima que se adivinha já, Portugal será sempre o mais apagado dos parceiros na cooperação tripartida entre Lisboa, Pretória e Maputo no caso do desenvolvimento da bacia da Cahora Bássa e tudo o que dela vier.

Se é verdadeira a vocação natural que Portugal tem para o contacto com os povos africanos, aos quais estamos historicamente ligados, então há que lhe dar forma material através de acções concretas. Vivemos afinal num Mundo conturbado, onde é praticamente impossível definir políticas e filosofías de cooperação com zonas do Terceiro Mundo sem incluir nelas componentes de auxilio militar.

Para o Caso de Cahora Bassa há o elemento adicional de ser um projecto português e, como tal, ser perfeitamente legítimo o envio de tropas para defender interesses muito directos do tesouro português e salvaguardar a segurança de portugueses que durante muitos anos ainda vão trabalhar na barragem e nas linhas de transporte.

Por seu lado, Moçambique seria sem dúvida muito mais receptivo a acolher tropas portuguesas do que sulafricanas. Contudo, as dificuldades de segurança começam a ser de tal monta que para o Governo de Maputo pode não haver tempo para manifestar preferências, tempo apenas para aceitar a oferta mais rápida e directa, tenha ela as consequências que tiver.

Para Portugal, ainda há os noventa dias do Acordo do Cabo para ponderar sobre ttudo isto e tomar uma decisão.

ē